



## Problemas contemporâneos quanto ao uso da cor em restaurações arquitetônicas

FLORENZANO<sup>1</sup> Luciana da Silva, RIBEIRO<sup>2</sup> Rosina Trevisan

<sup>1</sup> Doutoranda em arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura [PROARQ], UFRJ.

<sup>2</sup> Dr.<sup>a</sup>, Prof.<sup>a</sup> Programa de Pós Graduação em Arquitetura [PROARQ], UFRJ.

### Informações do Artigo

*Histórico:*

*Recebimento: 26 Nov 2019*

*Revisão: 05 Dez 2019*

*Aprovação: 17 Dez 2019*

*Palavras-chave:*

*Restauração*

*Cor*

*Patrimônio Edificado*

### Resumo:

*Este artigo trata da análise quanto à cor no patrimônio edificado e seus aportes com as intervenções de restauro, ressaltando uma arqueologia da cor quando necessária, mas uma abordagem estética e antropológica da cor imprescindível para as decisões projetuais. O referencial teórico é pautado no restauro crítico de Cesare Brandi e na interpretação cultural contemporânea, o que pressupõe análises e intervenções para além dos aspectos materiais de incompatibilidade físico-química, sendo necessário discutir o papel das cores dos edifícios restaurados, do ponto de vista teórico, estético e fenomenológico. Assim, o problema que o presente artigo traz, diz respeito a uma espécie de esquecimento do fato de que os revestimentos e suas cores têm como objetivo na arquitetura, para além de sua proteção, a comunicação por meio de soluções estéticas que garantam a leitura das linguagens arquitetônicas. O contexto conceitual-metodológico se dará a luz da teoria do restauro crítico e seus desdobramentos, apresentando, por meio de uma pesquisa qualitativa, três estudos de caso, referentes a obras de restauração arquitetônica no Brasil. O objetivo será discutir as medidas adotadas em sua dimensão simbólico-material. O resultado será demonstrar a dimensão prática da restauração no Brasil e suas relações com a imagem da cidade.*

### 1. Introdução

No campo da restauração, entendida como disciplina autônoma desde o século XX, existem alguns instrumentos disponíveis para guiar as intervenções, chamados de princípios norteadores, cuja análise crítica tem repercussão direta nas decisões projetuais quanto ao patrimônio edificado. Esses princípios, que delimitam o campo disciplinar do restauro, se consolidam a partir do fim da

Segunda Guerra Mundial, com grande participação dos profissionais italianos.

A partir de então, a restauração passa a ser entendida como ato de cultura e não diretamente relacionada com as questões de razão prática de uso ou econômicas [1]. Com embasamento na estética e também forte raiz na consciência histórica, a restauração passa a considerar a irreversibilidade do tempo e o presente como fio condutor do processo. Esta

teoria, denominada “restauro crítico”, também preconiza que “toda intervenção constitui um caso em si, não classificável em categorias” [2].

O momento de consolidação se dá quando a destruição em larga escala das cidades europeias envolvidas na Segunda Guerra Mundial origina uma crise metodológica e estimula uma atualização dos princípios norteadores para a restauração. Nesse contexto, a teoria do restauro crítico, encontrará na obra *Teoria del Restauro*, escrita pelo historiador de arte italiano Cesare Brandi, em 1963, disseminação internacional. Em seu livro, Brandi amadurece o processo de compreensão e valorização da obra de arte, ratificando a necessidade do juízo crítico, para qualquer decisão sobre o bem a ser restaurado.

Inspirado nos valores já apresentados pelo austríaco Alois Riegl, ainda em 1903, na obra “O Culto Moderno dos Monumentos”, Brandi [3] discorre sobre o reconhecimento da obra de arte e os objetivos da restauração, que serão condicionados a partir da própria obra e dos valores a ela atribuídos. Aguiar [4] também destaca que no fim da década de 1940, em meio ao estado de arruinamento de muitas cidades italianas, ganha força o pensamento e a filosofia estética de Benedetto Croce, a qual tem base no historicismo e contextualismo, pois as teorias até então vigentes, fundamentadas no restauro filológico e científico, de Boito e Giovannoni, não conseguiam suprir as questões práticas que se colocavam na restauração dos monumentos.

Nesse cenário, passa a vigorar a partir de 1960 a teoria brandiana, para o qual, a obra de arte não representa apenas o suporte físico de uma imagem, mas apresenta uma dicotomia estética e histórica. De acordo com Brandi [5], somente o juízo de valor definido a partir da especificidade de cada caso poderá conduzir ao restauro, sendo este, portanto, um ato crítico. O pensamento brandiano e a consolidação do restauro como atividade

cultural trazem princípios específicos e metodologias próprias, como o entendimento de que a cultura perdura no tempo e que cada momento é único e apenas pode-se intervir na obra de arte a partir do olhar vigente. Para Brandi [5], não sendo efêmera, a cultura apresenta valores que podem ser transmitidos ao longo do tempo, sendo os bens culturais fortes elementos de conexão entre o passado, presente e futuro.

Um dos princípios estabelecidos na Teoria de Brandi, destaca a necessária consciência da materialidade da obra de arte como meio específico da manifestação da imagem. O que se restaura, nesse contexto, é somente a matéria da obra e não sua imagem, esta sim o real motivo pela qual foi reconhecida como bem a ser preservado. Esse ponto explica também quais os limites da restauração: a intervenção sempre será na matéria, sendo admissível até o ponto que não culmine na imagem ou não cause um falso histórico.

Dessa forma, cabe salientar que a restauração de bens culturais é, de fato, um campo complexo e, importante destacar, interdisciplinar, sendo indispensável em uma intervenção, a presença de áreas distintas do conhecimento, como arquitetura, engenharia, arqueologia, química, história, arte, entre outras.

Vale destacar que para toda e qualquer intervenção nos bens culturais é essencial e obrigatório, o embasamento teórico. Embora haja, naturalmente, a particularidade de cada caso, qualquer solução adotada deve ser alicerçada em princípios teóricos consolidados. Sobre essa questão, Kuhl [6] discorre acerca da pluralidade de caminhos e orientações dentro da teoria, observando que há aproximações que delimitam o campo, as quais, ainda que de maneira ampla, permitem a condução de diretrizes adequadas à restauração. Trata-se de uma questão de extrema importância, pois, como bem enfatiza Carbonara [7], o restauro é um campo de intervenção na matéria, só fazendo sentido

existir a teoria em razão do seu rebatimento nas intervenções práticas.

Isto posto, o que de fato culmina na restauração e, portanto, na preservação do patrimônio cultural, são as intervenções de restauro, pois as definições teóricas, se não aplicadas, não tem valor por si só. Da mesma forma e, portanto, considerando a superação da dicotomia entre teoria e prática, as questões envolvendo a cor na preservação do patrimônio edificado só podem ser exploradas a fundo se os aspectos tecnológicos e materiais da arquitetura forem vinculados à interpretação cultural contemporânea. Ou seja, é necessário discutir, do ponto de vista histórico-crítico, as intervenções de restauro cromático em sua essência e não apenas a partir das possibilidades técnicas disponíveis.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é discutir as medidas adotadas em três experiências brasileiras de restauro de bens culturais. Esta discussão tem como intuito realizar uma reflexão sobre a dimensão simbólico-material do uso da cor no patrimônio edificado na sociedade contemporânea. A análise busca refletir acerca da relação estética e histórica na obra arquitetônica, não no sentido de deslegitimar a positividade destas intervenções, quanto à apropriação cultural e usufruto do espaço, mas sim sobre a noção de autenticidade estabelecida e o falso histórico, nos termos de Brandi [8].

## **2. A cor na arquitetura e no patrimônio edificado.**

Embora a concepção arquitetônica seja diferente em cada período histórico, em razão do pensamento estético e dos meios construtivos disponíveis, Ching [9] observa que a forma é a combinação de conceitos matemáticos de linha, ponto e curva em um plano. Para a Teoria da Gestalt, também a cor é um dos elementos indissociáveis da forma e pode alterar volumes e a percepção dos objetos. A Gestalt consiste em um ramo da psicologia que estuda e analisa a percepção

das formas, afirmando que não existe valor absoluto de cor ou de forma, pois as coisas são percebidas apenas nas suas relações. Assim, só há apreensão das formas quando relacionadas com a cor e vice versa [10]. Isto é, a cor é uma das unidades de composição, não existindo um processo sequencial de percepção de forma e Gomes Filho [10] destaca que “a primeira sensação já é de forma, já é global e unificada”.

Portanto, o ato de enxergar não ocorre isoladamente - de maneira que o mundo é visto apenas por meio das relações entre as partes - destacando-se a ideia de todo, no qual a cor é um dos elementos essenciais na condução de visualização das formas. Assim, composições cromáticas criam relações visuais de profundidade e são fundamentais no processo visual. A Figura 01 exemplifica a questão:

Figura 1 - Painéis geométricos criados para relacionar cores e ilusão ótica.



Fonte: Elaborado pela autora.

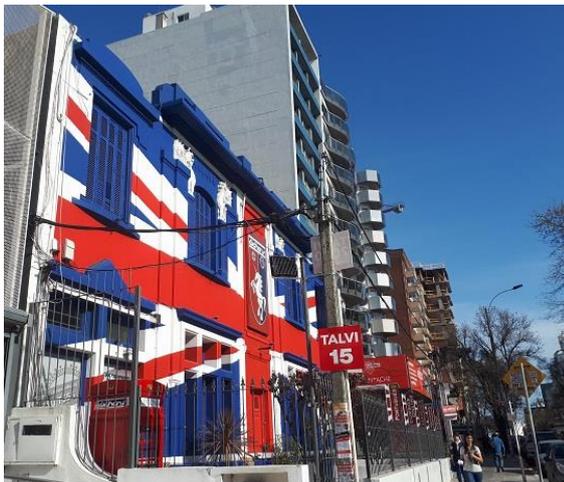
Sob esse ponto de vista, cabe salientar os estudos de Lancaster [11], que destaca que o fenômeno da visão de cores é basicamente funcional. Porém, para ele, isso não se refere somente acerca da capacidade de distinguir entre cores diferentes, mas também sobre como responder a elas, transmitindo informações e estimulando ou enganando emoções. Lancaster [11] também destaca que a longa (e também lenta) evolução na consciência das cores e dos usos pode ser analisada principalmente em razão do seu uso na arte e na cultura e, no posterior desenvolvimento da linguagem e da antropologia.

Ou seja, o uso e a obtenção das cores na arquitetura sempre foram reflexos das

sociedades e das tecnologias disponíveis. As cidades ao longo do tempo desenvolvem culturas arquitetônicas e cromáticas próprias, onde as cores das superfícies alteram-se na medida em que a cidade também muda. Dessa forma, a cor integra os elementos que caracterizam e também dá sentido ao espaço, compondo-o de significados próprios, cuja alteração no sistema cromático tem significância estética, histórica, política, social e cultural, tornando-se um elemento de continuidade ou descontinuidade da identidade urbana.

Nota-se, em muitos casos, que as alterações de cor das superfícies arquitetônicas impactam profundamente na compreensão estética do edifício. Como demonstra a Gestalt, não é possível dissociar forma e cor e, assim, as formas de muitos edifícios se tornam ilegíveis em razão de uma composição cromática desarticulada de sua linguagem arquitetônica. Os exemplos abaixo demonstram a questão (Figura 2 e 3).

Figura 2 - edificação eclética e intervenção cromática contemporânea.



Fonte: Fotografia autora, 2019.

Figura 3 - edificação neoclássica e intervenção cromática contemporânea voltada ao uso.



Fonte: Fotografia autora, 2019.

Também as questões abordadas na Teoria da Estética, conforme observa Naumova [12] se apoiam na Teoria da Gestalt, e sugerem que a percepção ambiental é estabelecida a partir da sensação, onde os estímulos do meio ambiente provocam uma espécie de despertar dentro do processo. Naumova [12] ainda destaca que de acordo com a Gestalt, o ser humano de forma natural realiza a organização dos estímulos ambientais em padrões visuais, tornando-os mais simples.

Nesse âmbito, analisando as cores do patrimônio cultural, é especialmente importante analisar a questão a partir da restauração. Com o intuito de demonstrar uma clara diferença na intervenção cromática da lacuna a ser restituída, de maneira a não ocasionar falsos históricos, muitas restaurações tornam-se negativas se não houver um projeto de cor e um conhecimento dos princípios da Gestalt. Em razão do contraste cromático, as restituições podem alterar o volume da edificação, aparecendo como figura, enquanto a o bem cultural altera-se para fundo [13].

Outra questão importante é que a extensa oferta contemporânea de combinações cromáticas, bem como as transformações constantes de cor, ocasiona, no caso de algumas restaurações, na dificuldade de entendimento do edifício e do período histórico que ele testemunha.

### 3. Notas sobre a cor das superfícies arquitetônicas a partir de três experiências brasileiras em bens culturais

A primeira experiência se refere a uma edificação de arquitetura eclética, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro. A alteração cromática realizada na edificação em questão impactou profundamente na visualização da forma do edifício (Figura 3). Este exemplo possibilita visualizar as questões discutidas sobre a Teoria da Gestalt, acerca da impossibilidade de dissociação entre forma e cor e nele é possível perceber que as composições cromáticas extemporâneas ao período de construção do edifício conduzem a uma nova imagem da arquitetura.

Figura 4 - Edificação histórica em Campos dos Goytacazes.



Fonte: Fotografia da autora, 2018.

O edifício acima foi espacialmente fragmentado e alterado em seu interior, de maneira que quando olhamos para ele, não

percebemos que se tratava de uma única fachada e, assim, visualizamos duas formas e dois edifícios distintos. De fato, hoje se tratam de dois espaços, mas a visualização inicial já conduz a essa conclusão.

O segundo exemplo se trata do Convento do Carmo, localizado na cidade de Cachoeira, na Bahia, o qual faz parte, junto à Igreja da Ordem Terceira do Carmo, do Conjunto do Carmo, tombado em esfera federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A construção apresenta linguagem arquitetônica barroca e data das primeiras décadas do século XVIII. O conjunto em sua última restauração passou por uma alteração cromática na fachada, a qual estava em tons de azul, com os ornatos brancos (Figura 4) e atualmente encontra-se toda na coloração branca (Figura 5, 6 e 7).

Figura 5 - Convento do Carmo antes da última restauração, na cidade de Cachoeira, Bahia.



Fonte: Google Imagens [14].

Figura 6 - Convento do Carmo, em Cachoeira, Bahia, após a última restauração.



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Figura 7 - Convento do Carmo, em Cachoeira, Bahia, após a última restauração.



Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Com a alteração cromática não é possível vislumbrar inicialmente os ornatos acima da porta da entrada, bem como os frisos superiores. Estes, inclusive, só são visualizados por olhares atentos e próximos à fachada.

O terceiro exemplo se refere à Capela das Mercês, localizada no Sítio histórico de São Luiz do Paraitinga, no estado de São Paulo. A capela é uma edificação remanescente do século XVIII e que foi destruída em 2010 após uma enchente ocorrida na cidade. Assim como várias edificações históricas do sítio, antes da enchente a Capela havia chegado à contemporaneidade com sua fachada colorida, em tons de amarelo, verde, marrom e branco (Figura 8a). Logo após a tragédia, o sítio foi tombado como patrimônio cultural pelo Iphan e a Capela foi reconstruída, assim como muitas fachadas das edificações que compõem o sítio histórico. No entanto, optou-se por pintar todas as fachadas de branco e adicionar cor nos ornamentos. A Capela das Mercês passa a ser branca e azul (Figura 8b).

Figura 8 - Capela das Mercês, em São Luiz do Paraitinga, São Paulo, antes da enchente.



Fonte: Google Imagens [15].

Figura 9 - Capela das Mercês, em São Luiz do Paraitinga, São Paulo, depois da reconstrução.



Fonte: Google Imagens [16].

Este último exemplo, assim como outros casos em território brasileiro, reflete as tentativas de retornar a uma suposta originalidade. Nota-se, nesse sentido, uma homogeneização do aspecto visual das cidades históricas, a despeito da extensão do território do país e das particularidades cromáticas de cada lugar. Assim, no Brasil, cidades históricas de grande expressão nacional e cuja ocupação inicia-se no período colonial, apresentam em suas fachadas, predominantemente, a cor branca, com suas janelas pintadas em tons coloridos.

No entanto, cabe destacar que muitas destas edificações chegaram à contemporaneidade com cores nas suas fachadas, mas intervenções de restauro optaram por pintá-las de branco e com as

esquadrias coloridas. Essa tendência contraria as teorias de restauro, onde se discute o conceito de originalidade nas intervenções e o discurso teórico consolidado assume o tempo como irreversível, não sendo admissíveis falsos históricos.

Diante dos três exemplos aqui demonstrados, constata-se a necessidade de maior aprofundamento teórico antes das intervenções de restauro. Esse argumento se fundamenta nas referências práticas demonstradas e nos faz refletir sobre os sentidos da memória em nossa sociedade contemporânea, caracterizada por duas tendências. Uma que se volta à aceleração do tempo e à valorização do passado como meio econômico e cenográfico e outra que não observa a relação intrínseca entre cor e linguagem arquitetônica, impondo o novo enquanto aparência, o que se reflete em muitos casos, em uma cacofonia da imagem.

A solução simbólica encontrada para esta problemática pode ser encontrada por meio de possibilidades de intervenções cromáticas urbanas alinhadas às tradições e aos aspectos visuais do bem cultural, em busca de uma arquitetura e imagem conceitual. Assim, um ponto central que deve pautar as decisões cromáticas na cidade histórica, nos parece residir entre o texto, no sentido da comunicação e o contexto, no sentido da imagem consolidada.

#### **4. Considerações finais**

O recorte escolhido na abordagem deste artigo refere-se à discussão acerca das cores das superfícies arquitetônicas nos tecidos urbanos acautelados como bens culturais e das possibilidades de leituras quanto à realidade existente. As reflexões se referem à constatação da existência de intervenções de restauro, destacando-se as alterações cromáticas e suas relações com a imagem urbana, as quais não encontram aporte teórico na teoria do restauro histórico-crítico e nem observam a relação entre a cor e a

forma, ocasionando em uma infantilização da imagem do patrimônio edificado.

O objetivo amplo deste artigo foi contribuir, por meio de uma síntese crítica de ideias e visualização de exemplos práticos, para o debate atual e a necessidade de um aprofundamento teórico nas decisões projetuais acerca da cor na cidade histórica. Os argumentos aqui defendidos têm como objetivo revelar a cor dessas superfícies também em seus significados histórico, político, social e cultural, com o intuito de conceber a leitura estética do sítio enquanto imagem figurada. Dessa forma, os argumentos aqui explorados pretendem demonstrar que os revestimentos e as cores da arquitetura tem objetivos para além de sua proteção física. São documentos históricos e artísticos e devem, por meio de soluções estéticas, garantir o entendimento da linguagem arquitetônica do patrimônio edificado.

O referencial teórico analisado neste artigo permite discorrer sobre a relação fenomenológica entre o observador e as cores da cidade histórica e destaca que o tratamento das superfícies deve ser encarado no processo de restauração em uma análise histórico-crítica, que compreende muito mais do que apenas uma decisão determinada a partir de critérios técnicos [17]. Retomando a teoria brandiana, destacamos a necessidade de se intervir nos bens culturais a partir do olhar contemporâneo e não com o objetivo de retomar imagens anteriores.

Nesse sentido, são também extremamente pertinentes os apontamentos de Murate [18], que salienta a distância que existe atualmente entre a atuação dos campos de planejamento urbano, tecnologia e restauração, observando que, necessariamente, para melhorar a prática deve-se encontrar um ponto de convergência entre as áreas. Dessa forma, a autora destaca que por meio de uma metodologia interdisciplinar conduzida no campo da restauração e tendo como método também o

aprofundamento de vários estudos de casos, é possível contribuir para o debate contemporâneo, entendendo que as superfícies arquitetônicas não podem ser entendidas como parte isolada do edifício, mas sim como elemento integrante e impossível de ser dissociado do todo. Portanto, as cores das superfícies arquitetônicas dos bens culturais não podem ser tratadas de forma aleatória, como salienta Kuhl [19] quando afirma que intervir nestas superfícies não pode consistir em uma livre e arbitrária sobreposição de tintas. As escolhas e as decisões devem ser pautadas em um problema de investigação tecnológica e de projeto e as análises de matizes de cores no patrimônio urbano devem ser associadas a um estudo cromático e seus rebatimentos teóricos para intervenções contemporâneas.

### 5. Referências

- [1] KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. São Paulo: Revista do IEEE América Latina, v. 1, n.1, p. 1-11, 2005.
- [2] CARBONARA, G. Avvicinamento al restauro. Napoli: Liguori, 1997, p. 285.
- [3] RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.
- [4] AGUIAR, J. Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio. Lisboa: FAUP publicações, 2002.
- [5] BRANDI, C. Teoria da restauração. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- [6] KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. São Paulo: Revista do IEEE América Latina, v. 1, n.1, p. 1-11, 2005.
- [7] CARBONARA, G. Trattato di restauro architettonico. Torino: UTET, 2004. v.1. p.4-40.
- [8] BRANDI, C. Teoria da restauração. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- [9] CHING, F. D. K. Arquitetura, forma, espaço e ordem. Tradução de Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- [10] GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto. Sistema de Leitura Visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2002.
- [11] LENCASTER, Michael. Colourscape. Londres: Academy Editions, 1996.
- [12] NAOUMOVA, Natalia. Qualidade estética e policromia centros históricos. Tese de doutorado. Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- [13] AGUIAR, J. Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio. Lisboa: FAUP publicações, 2002.
- [14] Disponível em:<  
[https://www.google.com/search?q=conv+ento+do+carmo+cachoeira+bahia&safe=off&sxsrf=ACYBGNQOwdct1dEutTt6kHXlpKQ10UWI3g:1572809117140&source=lms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjJ3OfF4s7IAhVpDrkGHSZHD0cQ\\_AUIEygC&biw=1920&bih=920#imgrc=9jmcki3EQvUEmM](https://www.google.com/search?q=conv+ento+do+carmo+cachoeira+bahia&safe=off&sxsrf=ACYBGNQOwdct1dEutTt6kHXlpKQ10UWI3g:1572809117140&source=lms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjJ3OfF4s7IAhVpDrkGHSZHD0cQ_AUIEygC&biw=1920&bih=920#imgrc=9jmcki3EQvUEmM)>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- [15] Disponível em:<  
<http://fabiosjc.blogspot.com/2009/10/our-lady-of-marces-chapelst-luis-of.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- [16] Disponível em:<  
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/destruida-por-enchente-capela-mais-antiga-de-paraitinga-e-restaurada.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- [17] KÜHL, B. M. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 309-330, 2004.

[18] MURATE, Olivia. Il colore dei centri storici. La conservazione e il restauro delle finiture dell'architettura attraverso un processo critico. In: REHABEND - Congreso Latinoamericano sobre "PATOLOGÍA DE LA CONSTRUCCIÓN, TECNOLOGÍA DE LA REHABILITACIÓN Y GESTIÓN DEL PATRIMONIO", ocorrido em Madri, Espanha, 2014.

[19] KÜHL, B. M. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 309-330, 2004.